



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

COLONIALISMO, RACISMO E CAPITALISMO: HERANÇAS INFLUENCIADORAS NA CONSTRUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

MARIA ISABEL SOARES BARROS¹

MARIA NIEGIA LOURENÇO DA SILVA²

RESUMO

O presente artigo propõe através da pesquisa documental e bibliográfica, destacar a centralidade da particularidade social, histórica e econômica do Brasil, destacando a herança do colonialismo, o sistema capitalista e o racismo. Logo, enfatizando como esses aspectos influenciaram a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no país.

Palavras-chaves: Serviço Social. Particularidade brasileira. Capitalismo. Racismo. Colonialismo.

ABSTRACT

This article proposes, through documentary and bibliographic research, to highlight the centrality of the social, historical and economic particularity of Brazil, highlighting the legacy of colonialism, the capitalist system and racism. Therefore, emphasizing how these aspects influenced the construction and development of Social Work in the country.

Keywords: Social services, Brazilian particularity, Capitalism, Racism, Colonialism.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo foi difuso que o Serviço Social exercido nos países da América Latina era uma amplificação incorporada da profissão na Europa, desconsiderando a especificidade de cada país. No entanto, de acordo com Manrique Castro (2011), a particularidade da realidade social e política de cada país em que a profissão se desenvolve carrega consigo as peculiaridades nas condições do exercício profissional. No Brasil, a profissão vai ser influenciada pelo

¹ Universidade Estadual da Paraíba

² Universidade Estadual da Paraíba



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desenvolvimento das forças produtivas e das lutas sociais pelo controle político, tornando-se uma resposta ao capitalismo. Ao se debruçar sobre a institucionalização da profissão no Brasil, temos que considerar que trata-se de um país que foi invadido, saqueado, utilizado para atender aos interesses externos com mão de obra escravizada, caráter conservador, misógino, patriarcal, etc. E o Serviço Social não nasce apartado disso, se desenvolve nesse cenário, logo na sua gênese possui fortes vínculos com a tradição da Igreja Católica, assumindo o caráter messiânico de justificativas religiosas para os problemas sociais e com o Estado impondo o controle social para as mudanças que vinham ocorrendo. Desse modo, com a evolução da profissão nos movimentos sociais, inserção na academia, tendo contato com as teorias sociais críticas, assume um viés revolucionário.

O Serviço Social possui duas teses/perspectivas sobre sua gênese: Endogenista e histórico-crítica. As teses endogenistas entendem o Serviço Social como a evolução da ajuda, a profissionalização sistemática da caridade e da filantropia, não consideram a história da sociedade como um fator influente para o seu desenvolvimento, observam a profissão apenas a partir de si mesma. Enquanto, a perspectiva histórico-crítica de maneira geral, entende o serviço social com o caráter político, sendo produto e também produtor das relações sociais, tendo a visão totalizante vinculada à realidade social (Montaño, 2011). Portanto, durante a construção desse artigo seguiremos com a perspectiva histórico-crítica, partindo da premissa que os fundamentos e o sentido social da gênese profissional é “vinculada à estratégia burguesa de transformar o Estado (e suas políticas sociais) num instrumento de controle e manutenção do sistema” (Montaño, 2011, p.54).

Entender o contexto do país e principalmente a realidade profissional e os desafios postos à categoria dos assistentes sociais, nos leva a um exercício de retorno ao passado, na tentativa de compreender o período em questão. A profissão é histórica e socialmente determinada, e na particularidade brasileira está localizada de acordo com Goin (2019) na tríade de formação da América Latina: colonialismo (superexploração do trabalho, dependência econômica, produção latifundiária), escravismo (mão de obra fundamental para a exploração e para a construção do país) e populismo (conciliação de diferentes classes). Esses são alguns fatores que impõe ao Brasil a condição dependente/periférico economicamente, diante das grandes potências econômicas, que foram os beneficiados com a dominação desses países.

O racismo como mero subproduto das desigualdades de classe (Ortegal, 2018), faz com que o assistente social em sua formação, veja como compromisso a compreensão da lógica do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sistema de opressão étnico-racial – que o Estado se debruça e valida suas ações –, para que não caminhe contrário ao artigo 6º do Código de Ética de 1993, que defende o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados. Trazemos diante dessa aproximação, o debate acerca da importância para o Serviço Social diante do estudo da diversidade frente às situações de subalternidade, já que estes segmentos sociais são centrais da prática profissional.

Diante do que foi exposto, a abordagem teórico-metodológica deste estudo foi orientada pelo método materialista histórico-dialético de Marx, sendo adotada uma revisão bibliográfica e documental para se fazer objetivar a compreensão do objeto proposto, frutos de discussões e reflexões da disciplina de Fundamentos Sócio Históricas do Serviço Social ofertada no primeiro semestre de 2024, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

CONDICIONANTES SOCIAIS, ECONÔMICOS E HISTÓRICOS DO BRASIL

Ao estudarmos as antigas e superadas modalidades de atuação do Serviço Social é preciso compreender qual era a ideologia racial dominante à época para apreendermos de que maneira o Serviço Social se posicionou ou não diante destas; e de que maneira elas incidiram na atuação daqueles profissionais. Assim compreenderemos quais são as marcas que este processo legou aos profissionais de hoje (Assis, 2022, p. 237).

Em consonância com a citação acima e antecedendo a discussão sobre os fundamentos da gênese da profissão, trataremos sobre a formação social, histórica e econômica brasileira, compreendendo que há influência da realidade social do país em que a profissão está inserida.

Quando trata-se de contar a história do Brasil, inicia-se por 1500 com a chegada das caravanas de Portugal. Ao assumir essa concepção colonialista anula-se a história dos povos originários que foram os primeiros habitantes desse território, e que durante esses anos que antecedem a invasão vinham desenvolvendo sua cultura, plantio, costumes, relações familiares e sociais, etc. De fato, caravanas representando Portugal invadiram o Brasil, dizimando os povos originários da terra, nomeando-os de índios, fazendo referência às Índias, onde inicialmente seria o seu destino. Hoje o termo é considerado pejorativo, sendo indígena o mais adequado, pois significa “aquele que estava ali antes dos outros”, desse modo valoriza a diversidade de cada povo/etnia e desmistifica a “descoberta” pelos portugueses, uma vez que o território já eram habitadas pelos povos indígenas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Inicialmente esses povos originários foram escravizados, porém com a alta demanda imposta pela metrópole para aumentar a produção, foi necessário mais mão de obra na colônia. Para isso, sequestram os povos africanos de suas terras e trouxeram para exercer no país a mão de obra escravizada, “não só roubaram-lhes as riquezas, mas suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistemas de parentesco e tudo o que durante milênios esses povos constituíram” (Moura, 1994, p.4). Em matéria publicada pelo G1 Notícias (2024), pela primeira vez, passados mais de cinco séculos, um chefe do Estado de Portugal, o presidente Marcelo Rebelo assume publicamente que o seu país possui culpa pelos massacres aos povos indígenas, a escravização dos africanos e os bens saqueados do Brasil na era colonial. Apesar de reconhecer a necessidade de realizar reparações pelos crimes cometidos, no entanto não especifica como serão feitas.

Como forma de legitimar essas práticas de invasão, sequestro e exploração de povos, a população branca passou a disseminar a ideologia de superioridade à população negra (também aos povos originários de outros países invadidos), pela distinção da raça/etnia. As práticas discriminatórias inicialmente institucionalizaram-se em chamadas zonas que definem um padrão perfeito a ser seguido e desejado de beleza, respeito, capacidade cognitiva, humanidade, etc. Essas zonas, Fanon (2008) as dividem em duas: a zona do ser (destinado aos brancos) e a zona do não ser (destinado aos pretos), elas se apresentam de maneira cruel e desumana, pois propõe inferioridade natural e necessária de dominação de um sobre o outro em todos os aspectos da vida social. Logo após, são incorporadas pelas teorias eugenistas, fomentando o racismo estrutural e estruturante das relações sociais.

Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e do domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações “civilizadas” (Moura, 1994, p.2).

Seguindo a lógica de grande maioria dos países da América Latina, na condição de Estado-nação, Ortega (2018) relata que no Brasil o centro da força de trabalho foi a população negra sequestrada do continente africano e que se tornou a responsável pela construção da economia brasileira, onde grande parte foi saqueada para a metrópole. Uma vez que eram os únicos que trabalhavam, a aristocracia era dominada de acordo com Abdias Nascimento (2016) por um “parasitismo imperialista”. Mesmo diante disso, com o fim do período escravocrata todos os bens construídos não ficaram com os responsáveis pela construção dos mesmos, permaneceram no usufruto dos antigos senhores de engenho, agora, capitalistas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse processo de transição, além de não haver a repartição da riqueza produzida, não houveram políticas reparatórias ou indenizatórias, nem que mínimas, desse modo impondo e expondo a população negra recém liberta a condições de miséria extrema e a trabalhos subalternos. Enquanto pertenciam ao trabalho escravizado eram considerados úteis, já para o trabalho assalariado e “livre” eram considerados inúteis para ocupar os cargos. O princípio da hierarquia e do status que Nisbet (1981) discorre em sua obra, pode conversar muito bem com este debate, já que o mesmo defende que sem a hierarquia na sociedade não pode haver estabilidade.

Com a justificativa de não possuírem a mão de obra especializada para o trabalho, os donos das fábricas em consonância com o Estado vão em busca de imigrantes (obviamente brancos) para compor esse déficit. Nesse momento, apesar de apresentar-se apenas com o aspecto econômico, ele é regido por práticas racistas, pois esconde um grande intuito: branquear o país e assim atingir o status de nação perfeita que era semeado e desejado pelos países. Sendo imposto à população negra as condições do “dilema: branquear ou desaparecer” (Fanon, 2008, p.95).

A ideologia da sociedade sobre o indivíduo – e de uma raça sobre outra – seja de forma histórica, ética e ideológica, sempre foi levantada e apropriada pelos tradicionalistas/conservadores, que mesmo com o passar do tempo permanece sendo defendida até os dias atuais.

A sociedade não pode ser criada pela razão individual, mas ela pode ser enfraquecida por aqueles que não tem em mente sua verdadeira natureza, pois ela tem profundas raízes no passado, das quais o presente não pode escapar através da manipulação racional (Nisbet, 1981, p.66).

Tal condição inferiorizada e vulnerabilizada dentro da dinâmica da sociedade em questão, levou a população negra a integrar o contingente excedente dos trabalhadores, a qual Marx nomeou dentro da dinâmica do modo de produção capitalista, como exército industrial de reserva, que em suas palavras “a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (Marx, 1989, p. 731).

CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O Serviço Social brasileiro tem sua gênese na década de 1930, diante do cenário de crise econômica mundial e agudização das expressões da questão social no Brasil devido ao modo de produção e reprodução do sistema capitalista. Esse modelo econômico instaurado na sociedade, é sustentado na particularidade brasileira pela superexploração da força de trabalho (categoria elaborada por Ruy Mauro Marini), dominação ideológica exercida pelos donos dos meios de produção e desigualdades entre as classes sociais que fomentam e impactam a violência, a pobreza, a qualidade de vida, entre outras expressões da questão social que por sua vez,

Encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais (Iamamoto, 2018b, p.209).

Assim, a questão social é constituída por múltiplas desigualdades geradas pelas contradições entre as relações capitalistas, sejam elas existentes nas relações de raça, etnia, gênero, expondo a situação de vulnerabilidade e fragilidade frente ao capital. Portanto, a profissão surge no âmbito da contradição capital/trabalho, sendo uma resposta do Estado e da Igreja, pela burguesia às demandas emergentes da época, que inclusive possuíam particularidades nas questões de gênero, etarismo, raça e etnia, mas que foram relativizadas e postos ao lado. Por estar atrelada a essas instituições de poder e dominação a profissão encontra-se também atrelada ao caráter policialesco, religioso e conservador exercido pelos mesmos, que buscavam indiscutivelmente atender aos seus próprios interesses e mantê-las na posição hegemônica.

Desse modo, o Serviço Social torna-se uma ferramenta de dominação para o controle social do proletariado, que vinham assumindo um posicionamento crítico sobre as condições impostas, ao se articular e mobilizar ideias, questionamentos, reivindicações em prol de melhores condições de trabalho e conseqüentemente também de vida. Esses movimentos passam a requererem uma nova articulação social, e diante dessa conjuntura social de transições inicia o desenvolvimento das primeiras políticas sociais no Brasil, exercidas pelo Estado, e não apenas as obras caritativas pela Igreja Católica, esse momento marca o florescer do estado de bem-estar social. No cenário político, temos o governo de Getúlio Vargas, e a instauração de bases para a criação de políticas sociais, direitos civis, políticos e sociais.

Os fatores sociais e políticos internos e externos irão propulsionar o Serviço Social brasileiro, carregando consigo também os fatores econômicos, sofrendo a influência de estar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

inserido em um país periférico e dependente. A relação entre o capitalismo e o racismo apesar de possuírem características próprias, no entanto possuem similaridade, uma vez que ambos possuem interesses em estabelecer hierarquias e explorar, e se beneficiam dessas relações.

Diante da premissa que o Brasil opera dentro das relações capitalistas e é enraizado com o racismo, não há como negar que a profissão nos primórdios sofreu influências e foi reprodutora do “racismo à brasileira”, que de acordo com Lélia Gonzalez (2020) apesar de existir e se reproduzir nas relações sociais, ocorre de maneira mascarada e covarde, sendo negado a sua existência, mas quando encontra-se encurralado assumem que se supostamente existiu/ocorreu foi suave e ameno, não tendo impacto para a formação social e cultural do país.

As assistentes sociais se relacionavam com seus “clientes” a partir de uma perspectiva tuteladora, reacionária, conservadora e racista. Absorvidas pelo Estado, dentro do qual estavam sendo gestadas e difundidas ideias de modernização e de supervalorização do trabalho, contribuem para a (con)formação de uma massa de trabalhadores livres para serem explorados pelo capital (Assis, 2022, p.96).

A Primeira Escola de Serviço Social no Brasil foi institucionalizada em 1936 em São Paulo, nasce intimamente vinculada à Igreja Católica, ligada às práticas de caridade de forma apostólica e ao controle social exercido sobre as massas sociais exercidas por setores da Ação Social e da Ação Católica. O perfil exigido para a inserção na profissão de acordo com Iamamoto e Carvalho (2014) eram de mulheres de classe média e alta com valores cristãos (moral, amor ao próximo, modesta, simplicidade), para a matrícula entre documentos pessoais era necessário a apresentação de uma carta de referências de três pessoas que fossem reconhecidas socialmente como idôneas comprovando que se tratava de uma mulher que atendesse aos critérios da moral e dos bons costumes. Essa intervenção idealizava que as mulheres tinham a vocação natural para as tarefas tidas como educativas e caridosas, e assim caberia à mulher a preservação da ordem moral e social. Uma vez que aos homens caberia às atividades destinadas à dominação e força, não se encaixando no perfil da profissão. O corpo docente era formado por religiosos, bacharéis, educadores, médicos, sanitaristas, entre outros, que deveriam ter adesão ao movimento católico e deveriam “realçar os aspectos sociais de suas respectivas matérias, embasando-as de conteúdos doutrinários” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 238). Assim, formando profissionais conservadores, que conseqüentemente reproduziram o racismo, misoginia, criminalização da pobreza, entre outros.

As pioneiras que ingressaram na profissão, de acordo com Iamamoto (1992a), foram em busca inicialmente do interesse pessoal na vocação do apostolado de caráter missionário e não



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

necessariamente adentrar no mercado de trabalho. No entanto, adquiriram a capacidade do arranjo teórico-doutrinário-operativo, pois a profissão desenvolveu a ambiguidade de estar localizada na divisão sociotécnica do trabalho e ao mesmo tempo ser incorporada como uma vocação pessoal.

A emergência profissional do Serviço Social, não é este que se constitui para criar um dado espaço na rede sócio-ocupacional, mas é a existência deste espaço que leva à constituição profissional [...] A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica (Netto, 1992, p. 69).

A emergência da profissão ocorre entre a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, o que requer profissionais qualificados para lidar com os conflitos sociais e amenizá-los em prol do desenvolvimento do sistema capitalista. Desempenhando o papel de intermediar as relações entre quem viabiliza (Estado e capital) e quem necessita (classe trabalhadora), buscando responder as expressões da questão social.

Com o aumento das demandas e dos movimentos sociais em busca de respostas por parte do Estado, há o rompimento com o vínculo ideológico da Igreja Católica, no entanto, como não podemos tratar a história de forma etapista, consideramos seu processo, ainda permanece com forte vínculo. Esse rompimento ocorre, pois as práticas até então desenvolvidas tornam-se insuficientes para as demandas encontradas na atuação profissional e em sua formação acadêmica, sendo necessário técnicas e conhecimentos mais abrangentes oferecidos pelas teorias sociais das ciências humanas.

Além de observar que os métodos adotados não eram suficientes para a atuação profissional, a inserção na academia no período da ditadura civil militar proporcionou um contato maior com as teorias. Segundo Iamamoto (2018b), o serviço social inicialmente teve duas aproximações com o marxismo, a primeira aproximação ocorreu nas décadas de 1960-1970 com o Movimento de Reconceituação na América Latina, ainda previamente um “marxismo sem Marx”, sendo incorporado através de autores que o leram. A segunda aproximação ocorreu com a superação do Movimento de Reconceituação e a crise da ditadura.

O acervo crítico em que se baseia a profissão hoje é produto de uma corajosa atitude de se repensar, de ampliar as lentes de análise e perceber a profissão como parte e expressão de uma dimensão macro ordenada pelo modo de produção capitalista. Desde os anos 1980 a profissão encarou esse desafio e na atualidade é impossível realizar qualquer análise de qualquer dimensão da sociedade ou do exercício profissional ignorando o modo de produção capitalista como mirante de análise e determinante das relações raciais (Assis, 2022, p.239).

Apesar da sua gênese possuir um forte viés conservador, a profissão através dos seus profissionais, protagonizam o rompimento com essas práticas e assumem o caráter político e revolucionário de pensar a sociedade e intervir através da teoria social crítica.

Do ponto de vista do debate acerca do racismo, o período também é emblemático, e o avanço da luta contra o preconceito e a discriminação étnico-racial, seja em âmbito nacional, seja internacionalmente, com certeza incide na profissão [...] A partir desta década o coletivo profissional será provocado a repensar suas referências teóricas e ampliar o debate para apreender os desdobramentos do racismo institucional no trabalho profissional (Eurico, 2018, p.517).

Entre avanços e desafios postos ao Serviço Social, a profissão busca romper com o racismo ou quaisquer segregações que atinjam a sociedade. Reconhecer os equívocos cometidos no passado, não pode ser encarado como vergonhoso e assim silenciado. Pois assim como sinalizamos no início, o Serviço Social não está fora das relações desenvolvidas na sociedade capitalista brasileira, tampouco seus agentes. Ao reconhecer isso, o primeiro passo em busca da mudança foi dado! Esse movimento de reconhecer o passado e descolonizar o caminho até aqui construído, é ilustrado pela Sankofa. Esse símbolo foi incorporado pelo Serviço Social inicialmente para compor a identidade visual da Oficina Nacional da ABEPSS realizada em 2023, que teve como tema: Formação antirracista e projetos societários no contexto da flexibilização do ensino superior. Pois, de acordo com a Fiocruz (2018) a palavra Sankofa deriva de *sanko*= voltar; *fa*=buscar, e tem origem de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Na língua Akan: “se wo were fi na wosan kofa a yenki” que pode ser traduzido para o português como “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”. Ilustrando esse provérbio em um símbolo de Adinkra, a Sankofa pode ser entendida como um pássaro mítico que apesar de voar para frente, sua a cabeça encontra-se voltada para trás e carregando em seu bico um ovo.

Se, no que se refere ao esteio teórico, político e ideológico, o Serviço Social tradicional e o renovado apresentam gritantes e incompatíveis divergências, ambos tinham em seu interior algo que movimenta essa profissão até os dias atuais: esperança! A esperança revolucionária de que a luta de classe tornaria toda e qualquer diferença, o que ela de fato deveria ser, apenas uma diferença e não mais um marcador de desigualdade (Assis, 2022, p.231).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A subalternidade mencionada em linhas anteriores, não expressa apenas a exploração propriamente dita, mas também referência a exclusão econômica e política, que cria reservas de mão-de-obra e uma contínua reformulação de relações arcaicas que se misturam com as relações da contemporaneidade.

O Serviço Social segue cotidianamente em busca de romper com práticas conservadoras, características filantrópicas, e de ajustamento que vem consigo desde sua gênese. Mesmo a particularidade religiosa ter sido componente fundante da profissão, não é vista mais como aceitável por pesquisadores da área, para assim atender as exigências atuais da categoria profissional e de sua formação acadêmica, já que se leva em consideração as dimensões que norteiam a profissão: ético-política, técnico-operativa e teórico metodológica. Nisbet (1981) discorre acerca de que "problemas teóricos nas ciências sociais tem sempre uma relação significativa com as aspirações morais de uma época, com o Serviço Social não se apresentaria de forma diferente, na atualidade o desafio que está posto, é justamente em romper com o conservadorismo e tradicionalismo profissional.

Ainda que as(os) assistentes sociais estejam inserido no cerne da sociedade capitalista, e que por iniciativa própria não consigam superar a estrutura de opressão da sociedade brasileira, suscitar a questão étnico-racial se apresenta como elemento crucial, para que se desvende o Estado brasileiro e assim torne viável uma formação e intervenção profissional comprometida e apta, a apreender as percepções face às relações e questões de raça e racismo no Brasil, evitando-se uma leitura distorcida em relação à classe trabalhadora pauperizada e criminalizada – que possui classe e raça definida – inserida dentro de um contraditório e complexo processo de reprodução das relações sociais. Diante disso, reconhecemos os tantos avanços alcançados pela profissão no debate racial, no entanto as reflexões e críticas não devem permanecer apenas na teoria e nos escritos murados das instituições de ensino, mas que a categoria profissional assuma o compromisso com a luta antirracista.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Eliane Santos de. **A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social**. 2022. 268 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/30905/1/Eliane%20Santos%20de%20Assis.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos - 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

EURICO, M.C. **A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social.** n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018. São Paulo: Serviço Social & Sociedade, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EdUFBA, 2008.

FIOCRUZ. **Projeto Sankofa discute as questões e relações étnico-raciais.** 2018. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/projeto-sankofa-discute-questoes-e-relacoes-etnico-raciais>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do serviço social na América Latina e no Caribe: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais.** Campinas: Papel Social, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** São Paulo: Cortez, 1992a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Marxismo e Serviço Social: uma aproximação.** v. 18 n. 2. jul. dez. 2018. Juiz de Fora: Revista Libertas, 2018b. ISSN: 1980-8518. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18603/9729>. Acesso em: 25 jul. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

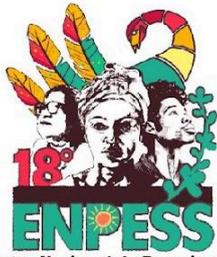
MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Tradução Reginaldo Sant'Anna - 13. ed. Livro 1, v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação.** Biblioteca da Escola do PC do B. Edição 34, ago/set/out, 1994, páginas 28-38. Disponível em: https://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura_.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio o negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.



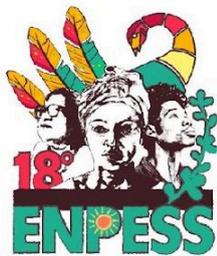
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ORTEGAL, Leonardo. **Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora**. São Paulo: Revista Serviço Social & Sociedade [online]. set./dez. 2018. n. 133. pg. 413-431. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.151>>. Acesso: 18 jul. 2024.

Portugal reconhece pela 1ª vez culpa por escravidão e massacre no Brasil e fala de reparação. **G1 Notícias**. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/24/portugal-tem-que-pagar-custos-de-escravidao-no-brasil-diz-presidente-do-pais.ghtml>>. Acesso em: 24 jul. 2024.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**